



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

CONHECIMENTO SOBRE AS POLÍTICAS DE INCENTIVO AO USO DA FITOTERAPIA NO SUS POR ACADÊMICOS DE FARMÁCIA

Autores: THIAGO ALVES XAVIER DOS SANTOS, EURISLENE MOREIRA ANTUNES DAMASCENO, MAURA FERREIRA MARTINS TERRA, SUZE ADRIANE FONSECA, VALDO SOARES MARTINS JÚNIOR, KATCHUCE BRITO AMARANTE OLIVEIRA

INTRODUÇÃO

Em 2006 houve a criação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, com práticas de saúde voltadas para Atenção Primária à Saúde, a elaboração de diretrizes para implantação/adequação da medicina tradicional chinesa/acupuntura, homeopatia, plantas medicinais e fitoterapia, além de instituir observatórios em saúde para o termalismo social/crenoterapia e para a medicina antroposófica no SUS (BRASIL, 2012). Nesta política destacou-se ainda a criação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), aprovada por meio do Decreto Nº 5.813, de 22 de junho de 2006, com diretrizes e ações para oferta de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, objetivando assim garantir o acesso seguro e o uso racional das plantas medicinais e fitoterápicas, promovendo a sustentabilidade da biodiversidade e o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional (BRASIL, 2006).

A PNPMF também enfatiza a capacitação técnico-científica de recursos humanos e a elaborar diretrizes e conteúdos curriculares para cursos superiores da saúde, com o intuito de propiciar a inclusão da formação em plantas medicinais e fitoterapia, visando formar profissionais aptos a proporcionarem à população o acesso às plantas medicinais e fitoterápicos com segurança, eficácia e qualidade (SÁ et al. 2018).

O Conselho Federal de Farmácia (CFF), no uso das suas atribuições legais e regimentais, regulamentou a resolução de nº 546 de 21 de julho de 2011 onde dispõe da indicação farmacêutica de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos isentos de prescrição e em 29 de agosto de 2013 através da resolução nº 586, o CFF regulamentou a prescrição farmacêutica e no Artigo 5º dispôs sobre a prescrição de fitoterápicos por farmacêuticos (CFF, 2011; CFF, 2013).

Objetivo desse trabalho consiste em avaliar o conhecimento dos acadêmicos de graduação em Farmácia sobre políticas públicas de incentivo ao uso da fitoterapia no SUS.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de campo com natureza transversal e quantitativa. Foi realizado em uma instituição privada de ensino superior na cidade de Montes Claros – Minas Gerais. A amostra do estudo foi constituída por 132 acadêmicos do oitavo, nono e décimo período do curso de graduação em Farmácia, de ambos os sexos, com a faixa etária entre 18 e 60 anos, selecionados intencionalmente, que aceitaram a participar de forma voluntária e ter preenchido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta de dados foi realizada após a autorização da diretoria da instituição por meio do Termo de Consentimento da Instituição (TCI). O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário semiestruturado, adaptado do estudo de Damasceno (2016).

Os dados coletados foram analisados e interpretados através de estatísticas descritivas com auxílio do programa estatístico *Predictive Analytics Software* (PASW® STATISTIC) versão 20.0.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados sociodemográficos mostram que entre os 132 acadêmicos participantes pesquisa, o sexo feminino teve a maior prevalência (65,9%), com faixa etária 18 a 28 anos (78,0%) e 41,7% dos acadêmicos cursam o décimo período (Tabela 1).



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Se tratando da PNPIC no SUS, 70,5% (n=93) dos acadêmicos disseram não conhecer e 29,5% (n=39) afirmam conhecerem (Gráfico 1). Estes resultados são semelhantes aos encontrados por Trippo et al. (2017), onde 67,9% dos acadêmicos entrevistados não possuíam conhecimentos sobre a PNPIC no SUS.

Em relação a PNPMF, 78% (n=103) dos acadêmicos desconhecem e apenas 22% (n=29) conhecem sobre esta política (Gráfico 1). Faria et al. (2017) em seu estudo também com acadêmicos de Farmácia, mostrou que 62% deles não possuem conhecimento a respeito desta política.

A respeito das resoluções do CFF de nº 546 e nº 586 que dispõe sobre a indicação e prescrição farmacêutica, respectivamente, 64,4% (n=85) dos acadêmicos não a conhecem e 35,6% (n=47) positivaram para o conhecimento (Gráfico 1).

Sobre a importância de se ter disciplinas sobre plantas medicinais e fitoterapia nos cursos de graduação da área da saúde, 90,9% (n=120) responderam que acham importante e 9,1% (n=12) não acham importante (Gráfico 1). Resultados estes que não apresentam muita discrepância com os encontrados por Maia (2013), na qual 86,2% dos acadêmicos de Enfermagem também acham importante.

Para Brasil (2006) com o advento da PNPIC no SUS espera-se que os profissionais atuantes junto ao SUS sejam capacitados para o uso adequado e racional das plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos, uma vez que o ambiente acadêmico é o local mais propício para novas discussões. Visto que, conhecimento didático gerado favorece aos futuros profissionais, para praticarem com segurança as práticas medicinais complementares (FEITOSA et al. 2016).

CONCLUSÕES

Conclui-se neste estudo a predominância de acadêmicos de Farmácia que não possuem conhecimento a respeito das políticas nacionais de incentivo ao uso da fitoterapia no SUS. Verifica-se ainda que a maior parte destes acadêmicos possuem interesse em conhecer mais sobre a fitoterapia, por isso acham importante se ter disciplinas sobre plantas medicinais e fitoterápicos nos cursos da área da saúde. Por tanto, compete as instituições ensino superior possibilitar aos acadêmicos acesso as formas alternativas de assistência à saúde.

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Associação Educativa do Brasil, sob o parecer de número 1.698.588.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - Departamento de Assistência Farmacêutica. Distrito Federal, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica**. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - Departamento de Atenção Básica. Distrito Federal, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Resolução 546/2011**: Dispõe sobre a indicação farmacêutica de plantas medicinais e fitoterápicos isentos de prescrição e o seu registro. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/546.pdf>>. Acesso em: 10 set. 18.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Resolução 586/2013**. Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/586.pdf>>. Acesso em: 10 set. 18.

DAMASCENO, E. M. A. **Fitoterapia e Profissionais da Saúde na Estratégia da Saúde da Família**. 2016. 76 f. Dissertação (Mestrado em Cuidado Primário em Saúde) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2016.

FARIAS A. M. B. et al. A fitoterapia entre acadêmicos das Ciências da Vida. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 11, n. 9, p. 01-16, 2017.

FEITOSA, M. H. A. et al. Inserção do conteúdo fitoterapia em cursos da área de saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 40, n. 2, p-197-203, 2016.

MAIA, M. V. P. **O conhecimento dos acadêmicos de enfermagem a respeito do uso de fitoterápicos**. 2013. 16 f. Monografia (Bacharelado em Enfermagem) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2013.

TRIPPO, K. V. et al. Concepção de acadêmicos de saúde sobre a PNPIC e sua aplicabilidade no SUS. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, v. 7, n. 4, p. 1-7, 2017.

SÁ, K. M. et al. Avaliando o impacto da política brasileira de plantas medicinais e fitoterápicos na formação superior da área de saúde. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 13, n.3, p. 1106-1131, 2018.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Tabela 1 - Perfil sociodemográficos dos acadêmicos do curso de Farmácia.

VARIÁVEL	<u>n</u>	%
AMOSTRA	132	100%
SEXO		
Masculino	45	34,1 %
Feminino	87	65,9 %
FAIXA ETÁRIA		
18 a 28 anos	103	78,0 %
29 a 39 anos	24	18,2 %
40 a 50 anos	5	3,8 %
PERÍODO		
8 ^a	47	35,6 %
9 ^a	30	22,7 %
10 ^a	55	41,7 %

Fonte: Dados da pesquisa (2017).



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:

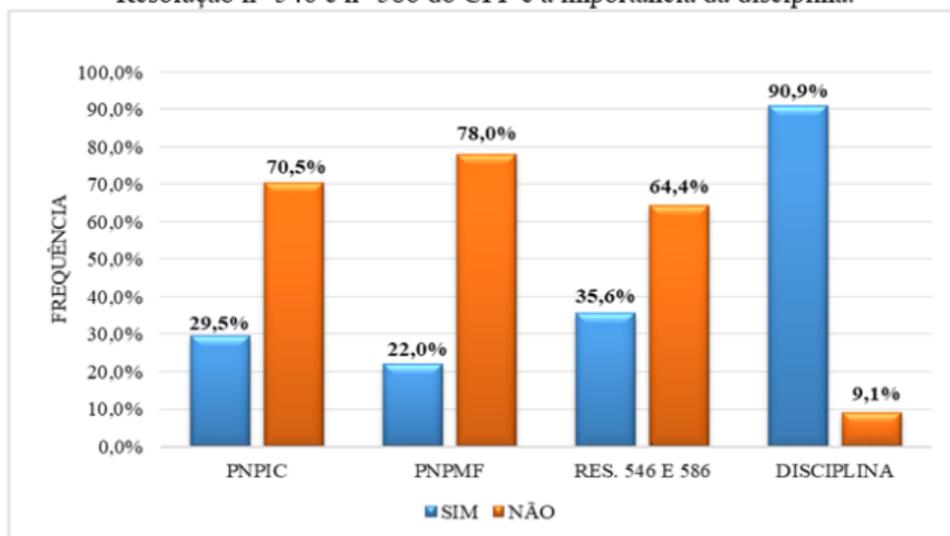


APOIO:



ISSN: 1806-549X

Gráfico 1 – Conhecimento dos acadêmicos sobre a PNPIC, PNPMF, Resolução n° 546 e n° 586 do CFF e a importância da disciplina.



Fonte: Dados da pesquisa (2017).